alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, que em sessão pública da Assembleia Municipal de 10 de janeiro do ano em curso, foi deliberado aprovar, por unanimidade, a Suspensão Parcial do PDM de Braga e Consequentes Medidas Preventivas Para a Proteção e Salvaguarda do Sistema de Abastecimento de Águas das Sete Fontes, do sec. XVIII, Classificado como Monumento Nacional.

Para constar mandei publicar este Aviso na 2.ª série do *Diário da República*, sendo ainda dada publicidade nos termos do artigo 149.º do referido diploma legal.

28 de janeiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*.

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga:

Faz saber que na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em dez de janeiro de dois mil e catorze, onde esteve presente a maioria do número legal dos seus membros, cuja minuta da ata foi aprovada no final da mesma para produzir efeitos imediatos, foi aprovada por unanimidade a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de nove de dezembro em curso, referente à suspensão parcial do PDM de Braga e consequentes medidas preventivas para proteção e salvaguarda do Sistema de Abastecimento de Águas das Sete Fontes, do século dezoito, classificado como Monumento Nacional, nos termos do n.º 1 do art.º 79º e para os efeitos do disposto no n.º 4, alínea c), do art.º 148º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, com a nova redação dada pelo D.L. n.º 181/2009, de 7 de agosto.

3 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*.

Medidas Preventivas

Regulamento

Artigo 1.º

Natureza Jurídica

As presentes Medidas Preventivas têm a natureza de regulamento administrativo, sendo estabelecidas nos termos do artigo 107.º, n.º 1 e n.º 3 do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT).

Artigo 2.º

Objetivos

As Medidas Preventivas têm por objetivo evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam comprometer ou tornar mais onerosa a execução do Plano de Pormenor de Sete Fontes.

Artigo 3.º

Âmbito territorial

As Medidas Preventivas abrangem uma área de 62,3ha, cujos limites correspondem aos limites da área de intervenção do Plano de Pormenor de Sete Fontes, definidos na planta anexa.

Artigo 4.º

Âmbito material

1 — As presentes Medidas Preventivas consistem na proibição das seguintes ações, quando não sejam de iniciativa municipal:

- Operações de loteamento e obras de urbanização;
- Obras de construção civil, ampliação, alteração e reconstrução, com exceção das que estejam sujeitas apenas a um procedimento de comunicação prévia à câmara municipal;
- Trabalhos de remodelação de terrenos;
- Plantação, derrube de árvores ou destruição do solo vivo e do coberto vegetal sem autorização prévia à câmara municipal.

2 — Ficam excluídas do âmbito da aplicação das Medidas Preventivas as ações validamente autorizadas antes da sua entrada em vigor, bem como aquelas em relação às quais exista já informação prévia favorável válida.

3 — Excetua-se do disposto no n.º 1 as pretensões que obtenham parecer favorável das entidades cujo parecer é obrigatório, e sobre as quais a CCDR-N e a Câmara Municipal se pronunciem favoravelmente.

Artigo 5.º

Âmbito temporal

As Medidas Preventivas vigoram pelo prazo de dois anos a contar da data da sua publicação no *Diário da República*, podendo ser prorrogadas por mais um ano nos termos da legislação em vigor, caducando com a entrada em vigor do Plano de Pormenor de Sete Fontes.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

As Medidas Preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

22027 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_com_a_delimitação_da_área_a_sujeitar_a_MP_22027_1.jpg
607608666

MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE

Edital n.º 143/2014

Francisco José Caldeira Duarte, presidente da Câmara Municipal de Castro Verde:

Torna público, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 376/84 de 30 de novembro, que se encontra a decorrer neste Município, procedimento de implantação de um estabelecimento de armazenagem de produtos explosivos, nomeadamente, um paiol permanente, fixo, de superfície constituído por duas unidades de armazenagem, uma para explosivos (paiol com 4 células, com uma lotação de 1.250 kg de matéria ativa por célula) e uma outra para detonadores (150.000 unidades e cerca de 150 kg de matéria ativa) no Couto Mineiro de Neves Corvo, sito na freguesia de Santa Bárbara de Padrões, concelho de Castro Verde, requerido pela empresa SOMINCOR — Sociedade Mineira de Neves Corvo, S. A., a que corresponde o processo de obras n.º 2/2014.

Em conformidade com o n.º 2 do mencionado preceito legal, convidaram-se todos os interessados para, querendo, e dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital, deduzirem reclamação quanto à salvaguarda da saúde pública, segurança individual e da propriedade, e interesse público ou incomodidade resultante da vizinhança do estabelecimento.

O processo está disponível para consulta na Secção de Licenciamento Urbanização e Edificação da Câmara Municipal de Castro Verde, na Praça do Município, durante o horário normal de expediente (de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h00).

As reclamações deverão ser apresentadas por escrito, devidamente fundamentadas, em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde.

Para constar e devidos efeitos se publica este Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

6 de fevereiro de 2014. — O Presidente, *Francisco José Caldeira Duarte*.

307603279

MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Aviso n.º 2543/2014

Eng.º Armindo Moreira Palma Jacinto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova:

Torno público que, no uso das competências que me são conferidas no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do estipulado na alínea a) do n.º 1 e no n.º 4 do mesmo artigo, do mesmo diploma legal, e tendo em conta o disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, foi nomeado em Comissão de Serviço, o Sr. António Sousa Lisboa, do Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova, para o cargo de Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, com efeitos a partir do dia 11 de outubro de 2013, pelo período de quatro anos. A remuneração a atribuir é a correspondente a 80 % da remuneração que legalmente cabe aos vereadores em regime de tempo inteiro desta Câmara Municipal, em regime de exclusividade, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 43.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nota Curricular

Nome: António Sousa Lisboa
Data e local de nascimento: 04/05/1955 — Idanha-a-Nova

Estado civil: Casado

Habilitações literárias: Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos

Experiência profissional:

Chefe de Serviços de Administração Escolar do Quadro Distrital de Vinculação de Castelo Branco e afeto à Escola EB 2,3/S José Silvestre Ribeiro de Idanha-a-Nova, desde novembro de 1975 a fevereiro de 2002;

Presidente da junta de Freguesia de Idanha-a-Nova de 06/01/1998 até à presente data;

Adjunto do Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, desde 01/03/2002 até 09/10/2013.

11 de outubro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Engenheiro Armindo Moreira Palma Jacinto*.

307570636

Aviso n.º 2544/2014

Licença sem remuneração

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 05 de novembro de 2013, foi prorrogada a licença sem remuneração por mais dois anos da trabalhadora Susana Pinheiro Barata.

5 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Engenheiro Armindo Moreira Palma Jacinto*.

307570596

Aviso n.º 2545/2014

Conclusão do período experimental

Para os devidos efeitos, torna-se público que, homologuei em 10 de dezembro de 2013, a conclusão com sucesso do período experimental de Mário José Milheiro Raposo, na sequência do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira de assistente operacional, categoria de assistente operacional, aberto por Aviso n.º 22062/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, datado de 08 de novembro de 2011, foi utilizada a reserva de recrutamento constituída no Município de Idanha-a-Nova referente ao mesmo procedimento, válida até 27 de novembro de 2013, nos termos do n.º 2, do artigo 40.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

10 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Engenheiro Armindo Moreira Palma Jacinto*.

307570547

MUNICÍPIO DE ÍLHAVO

Aviso n.º 2546/2014

Procedimento concursal comum para ocupação de cinco postos de trabalho

1 — Para efeitos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, com as devidas alterações, conjugado com o artigo 19.º do anexo da Portaria 145-A/2011, de 06/04, torna-se público que, por meu despacho de 30 de dezembro de 2013, e na sequência das deliberações favoráveis da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, de 11 e 27/12/2013, respetivamente, se encontra aberto procedimento concursal comum tendo em vista a ocupação dos seguintes postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Ref. A: 1 Técnico Superior — Planeamento Regional e Urbano;

Ref. B: 1 Técnico Superior — Auditoria e Contabilidade;

Ref. C: 1 Técnico Superior — Administração Pública;

Ref. D: 2 Assistentes Operacionais — Auxiliares de Ação Educativa.

2 — Foi efetuada a consulta prévia à ECCRC, prevista no n.º 1 do artigo 4.º do anexo da Portaria 145-A/2011, de 06/04, tendo-se obtido a seguinte resposta: “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado.”

3 — Validade: os procedimentos são válidos para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 40.º do anexo da Portaria 145-A/2011, de 06/04 (reserva de recrutamento interna a utilizar no prazo máximo de 18 meses, contados da data da homologação da lista de ordenação final).

4 — Local de Trabalho: toda a área do Município de Ílhavo.

5 — Caracterização dos postos de trabalho:

Ref. A: Técnico Superior — Planeamento Regional e Urbano:

Apoio nos processos de elaboração, revisão e alteração de planos e estudos de ordenamento do território, com especial incidência em PMOT's, com recurso a instrumentos e tecnologias apoiados em sistemas de informação geográfica; execução de processos para a submissão de IGT's em plataformas eletrónicas; gestão e administração de conteúdos do Portal SIG e da página de Planeamento e Ordenamento do Território do site oficial da CMI; elaboração de relatórios e pareceres sobre questões da sua especificidade; conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, tendo em vista o apoio à tomada de decisão, designadamente ao nível do Planeamento e Gestão de Perímetros Urbanos, delimitação e gestão do Domínio Público Marítimo, e análise de informação demográfica; atualização do Cadastro Predial e Georreferenciação online; gestão e administração de bases de dados espacial municipal; produção e manutenção de informação geográfica municipal; criação, desenvolvimento e manutenção de plataformas webmaps adequadas ao perfil do utilizador; elaboração de estudos sobre informação geográfica; desenvolvimento de algoritmos funcionalidades e serviços recorrendo à programação informática aplicada aos SIG; domínio de software específico como instrumento para a visualização e manipulação de dados espaciais, seja em posto único, seja como rede para vários utilizadores; apoio técnico e formação na implementação e gestão do sistema de informação geográfica promovendo a sua utilização por outras unidades orgânicas da CMI.

Ref. B: Técnico Superior — Auditoria e Contabilidade:

Propor ações que visem o apoio à tomada de decisões ao nível superior no domínio financeiro, nomeadamente no que concerne à obtenção, utilização e controlo de recursos financeiros; planificar, organizar e coordenar a execução da contabilidade, respeitando as normas legais e os princípios contabilísticos geralmente aceites; exercer funções de consultadoria em matéria de âmbito financeiro; assumir a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal; verificar toda a atividade financeira, designadamente o cumprimento dos princípios legais relativos à arrecadação das receitas e à realização das despesas; organizar e verificar a elaboração dos documentos previsionais, suas revisões e alterações, bem como os documentos de prestação de contas.

Ref. C: Técnico Superior — Administração Pública:

Exercer funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão na área de obras municipais e investimentos. Elaborar pareceres, com diversos graus de dificuldade e complexidade, e executar outras atividades de apoio geral ou especializado na área de obras municipais e gestão de fundos comunitários (apoio à gestão de concursos na plataforma VortalGov e gestão de fundos comunitários/plataforma MaisCentro, entre outras). Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.

Ref. D: Assistente Operacional — Auxiliar de Ação Educativa:

Exercer com simpatia e responsabilidade funções de atendimento, nomeadamente atendimento telefónico, receção e encaminhamento do público; participar em todas as atividades de sensibilização rodoviária no âmbito do projeto educativo do Município, favorecendo a ligação com a comunidade; colaborar na organização e preparação dos eventos e programas educativos de prevenção rodoviária da EMER; apoiar no serviço administrativo em geral; fazer a manutenção e higiene do edifício e espaço envolvente.

6 — Requisitos gerais de admissão (definidos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, com as devidas alterações):

a) Ter nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) Ter 18 anos de idade completos;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções.

e) Ter cumpridas as leis de vacinação obrigatória.

7 — Requisitos específicos — nível habilitacional e área de formação académica:

Ref. A: Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano ou licenciatura ou grau académico superior afins, desde que os respetivos conteúdos